

Estatísticas monetárias e de crédito

NOTA PARA A IMPRENSA - 26.03.2018

I - Operações de crédito do sistema financeiro

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$3.062 bilhões em fevereiro (-0,2% no mês e -0,3% em doze meses). As operações com pessoas jurídicas, saldo de R\$1.404 bilhões, decresceram 0,4% no mês, enquanto a carteira de pessoas físicas recuou 0,1%, totalizando R\$1.658 bilhões. A relação crédito/PIB declinou 0,2 p.p, para 46,4%, ante 48,6% em fevereiro de 2017.

As operações com recursos livres somaram R\$1.568 bilhões, redução de 0,1% no mês, mas com expansão acumulada de 2,4% em doze meses. O saldo das operações com pessoas físicas diminuiu 0,4% no mês, para R\$856 bilhões, ressaltando-se a retração sazonal nos saldos de cartão de crédito à vista. O crédito às empresas cresceu 0,2%, para R\$712 bilhões, destacando-se as expansões nos adiantamentos sobre contratos de câmbio e conta garantida.

Nas operações com recursos direcionados, o saldo alcançou R\$1.493 bilhões, após reduções de 0,3% no mês e de 3,1% em doze meses. Na carteira de pessoas jurídicas, observou-se declínio de 1,0%, para R\$691 bilhões, refletindo amortizações de contratos e redução de 9,9% nas concessões de financiamentos para investimentos com recursos do BNDES. No segmento de pessoas físicas, expansão de 0,3%, para R\$802 bilhões, com participação destacada do crédito imobiliário.

Na segmentação por atividade econômica, a retração do crédito a pessoas jurídicas foi determinada pela redução mensal de 1,0% crédito à indústria (R\$654 bilhões), com maior relevância para reduções nos ramos de transformação e construção. Em termos regionais, destaque para o declínio de 0,4% no saldo referente à Região Sudeste (R\$ 1.592 bilhões).

Taxas de juros e inadimplência

O custo médio das operações de crédito ativas, referente ao Indicador de Custo do Crédito (ICC), alcançou 21,7% a.a. (+0,2 p.p no mês e -1,4 p.p em doze meses). Nas operações com recursos livres, o indicador situou-se em 35,2% a.a. (+0,4 p.p. e -4,0 p.p., respectivamente), enquanto no crédito com recursos direcionados se manteve em 8,9% a.a.

O *spread* do ICC, que corresponde à diferença entre o ICC e o custo de captação médio das operações ativas na carteira de crédito, alcançou 14,5 p.p. (+0,2 p.p. no mês e -0,4 p.p. em doze meses), situando-se em 26,3 p.p. no crédito livre (+0,5 p.p. e -1,8 p.p, nos mesmos períodos) e permanecendo em 3,5 p.p. no crédito direcionado.

A taxa média geral de juros do crédito do sistema financeiro, que se refere às contratações do mês, situou-se em 26,9% a.a. em fevereiro (+0,7 p.p. no mês e -5,3 p.p. em doze meses). O custo médio atingiu 42,2% a.a. no crédito livre (+1,1 p.p. no mês) e 9,7% a.a. no direcionado (+0.2 p.p. no mês).

Nas operações com pessoas físicas, a taxa situou-se em 33,3% a.a. (+1,0 p.p. no mês, -8,3 p.p. em doze meses). No crédito livre, aumento de 1,9 p.p. no mês, para 57,7% a.a. (crédito pessoal não consignado: +3,1 p.p.; cartão rotativo não regular: +10,1 p.p.). No crédito direcionado, a taxa se manteve em 8,2% a.a. Nas contratações com pessoas jurídicas, a taxa média atingiu 17,9% a.a. (+0,3 p.p. no mês e -2,5 p.p. em doze meses). No segmento livre, redução de 0,1 p.p. no mês, para 22,2% a.a. (desconto de duplicatas e recebíveis: -1,0 p.p.; capital de giro: -0,1 p.p.). No crédito direcionado, a taxa situou-se em 12,2% a.a. (+0,5 p.p.), refletindo aumento de 0,8 p.p. no custo dos financiamentos para investimentos do BNDES.

O *spread* médio das operações contratadas no mês situou-se em 20,4 p.p. (+0,7 p.p. no mês e -3,5 p.p. em doze meses), alcançando 34,1 p.p. no crédito livre (+1,2 p.p. no mês) e 5,1 p.p. no direcionado (+0,3 p.p.). O indicador aumentou 1,2 p.p. nas contratações realizadas com as famílias, para 27,1 p.p., e 0,3 p.p. nas concessões às empresas, para 11,1 p.p.

A taxa de inadimplência das operações de crédito do sistema financeiro, correspondente à participação dos saldos com atrasos superiores a noventa dias, manteve-se estável em ambos os segmentos de tomadores (3,7% para famílias e 3,1% para empresas), atingindo o nível de 3,4% na carteira total. O indicador atingiu 5,0% no crédito livre (-0,1 p.p. mês) e 1,8% no direcionado (+0,1 p.p.).

II - Evolução dos agregados monetários

A média dos saldos diários da base monetária situou-se em R\$268,7 bilhões em fevereiro (recoo de 3% no mês e avanço de 6,8% em doze meses). A variação mensal resultou das reduções de 9,8% nas reservas bancárias e de 1,8% no papel-moeda emitido.

Entre os fatores condicionantes da evolução mensal da base monetária, as operações com títulos públicos federais exerceram impacto contracionista de R\$14,9 bilhões (compras líquidas de R\$14 bilhões no mercado secundário e colocações líquidas de R\$28,9 bilhões no mercado primário), e as operações do Tesouro Nacional, de R\$8,6 bilhões. Em contrapartida, as recompras a termo de divisas no mercado interbancário e os depósitos de instituições financeiras (variações nos saldos dos recolhimentos compulsórios) provocaram expansões de R\$10,1 bilhões e R\$3,1 bilhões, respectivamente.

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) somou R\$333,1 bilhões em fevereiro, com retração de 2,3% no mês, correspondente às evoluções de -2,4% no papel-moeda em poder do público e de -2,2% nos depósitos à vista. Em doze meses, o M1 cresceu 5,5%.

O saldo dos meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1, acrescido de depósitos de poupança e títulos privados emitidos por instituições financeiras, registrou crescimento mensal de 0,6% em fevereiro, somando R\$2,5 trilhões. Esse resultado decorreu dos aumentos de 0,3% nos depósitos de poupança, saldo de R\$727,8 bilhões, e de 0,8% no saldo dos títulos privados, que totalizou R\$1,4 trilhão. No mês, ocorreram resgates líquidos de R\$708 milhões em depósitos de poupança e captações líquidas de R\$6,5 bilhões em depósitos a prazo.

O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, registrou expansão de 0,8% no mês, atingindo R\$5,9 trilhões, resultado das elevações de 0,7% nas quotas de fundos de renda fixa e de 9,7% no saldo das operações compromissadas, que totalizaram, respectivamente, R\$3,3 trilhões e R\$111,5 bilhões. O M4, conceito que acrescenta ao M3 os títulos públicos de detentores não financeiros, apresentou elevação de 0,9% no mês e de 8,4% nos últimos 12 meses, alcançando R\$6,7 trilhões.

III - Publicação das projeções de crédito e divulgação dos resultados da Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC)

A partir de junho, o BC vai passar a divulgar as projeções de crédito exclusivamente no Relatório de Inflação. Essa medida objetiva alinhar as finalidades próprias de cada instrumento de comunicação do BC. Com isso, a Nota para a Imprensa - Estatísticas Monetárias e de Crédito passa a ser voltada inteiramente para a divulgação dessas estatísticas. Pelas mesmas razões, a divulgação dos resultados da PTC também será realizada no Relatório de Inflação, mantida a divulgação de suas séries históricas no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do BC.